

1 Contexto operacional

A PBG S.A, nova denominação social da Portobello S.A, também referida nesta demonstração como “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital aberto e as suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A.), sob o código PTBL3. A Companhia é controlada por um grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011, e aditado em 09 de dezembro de 2014, e que detém em 31 de dezembro de 2015 53,99% das ações da sociedade. Os 46,01% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

Em 07 de dezembro de 2015, foi deliberada em Assembleia Geral Extraordinária, a alteração da razão social da Companhia, que passa de Portobello S/A para PBG S.A, visando à simplificação da estrutura societária e otimização de processos administrativos.

A Companhia com sede em Tijucas, Santa Catarina, foi constituída em 1977 e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano, e que atualmente está inativa; (ii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de uma parte da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iii) PBTech que é responsável pela gestão de lojas próprias Portobello Shop e atualmente administra sete lojas; (iv) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello, com uma rede com 143 lojas franqueadas especializadas em porcelanatos e revestimentos cerâmicos; e a (v) Companhia Brasileira de Cerâmica responsável pelas atividades na região nordeste, que em dezembro teve as atividades absorvidas pela controladora .

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

O que difere a apresentação entre controladora e consolidado é o registro da provisão para perda em investimentos, que não é requerido em IFRS.

Desta forma, o registro da equivalência patrimonial negativa é o motivo das demonstrações não estarem apresentadas em *dual compliance*.

As referidas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração de Demonstrações Financeiras (DFP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2016.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- o ativo atuarial de benefício definido que é reconhecido como ativo do plano, acrescido de perdas atuariais, deduzido dos ganhos e do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado conforme nota 3.18.
- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, exceto a moeda funcional da controlada Portobello América, Inc. que é o dólar americano, convertido para o real na data de apresentação, conforme nota explicativa nº 3.3 b). Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas na nota explicativa nº 4.

e) Sistema EmpresasNet (ENET)

Cabe mencionar que no quadro “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “EmpresasNet - ENET” da CVM, o ajuste de avaliação patrimonial, apesar de não corresponder a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, em virtude de não haver opção mais apropriada para a apresentação da referida transação no demonstrativo padrão da CVM.

3 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Consolidação

3.1.1 Demonstrações Financeiras consolidadas

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.

O percentual de participação societária da Companhia nas empresas controladas em 31 de dezembro de 2015 é : Portobello América, Inc. 100%, PBTech Com. Serv. Revest. Cer. Ltda 99,94%, Portobello Shop S/A 99,90%; Mineração Portobello Ltda 99,76% e Companhia Brasileira de Cerâmica 98,00%.

As operações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas.

As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações e participações das não controladoras

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações não controladoras da mesma forma que as transações com proprietários de ativos classificados como partes relacionadas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

3.1.2 Demonstrações Financeiras individuais

Nas Demonstrações Financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma não há reconhecimento de receita de dividendos.

3.2 Apresentação de informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos

operacionais, é a Diretoria Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

3.3 Conversão de moeda estrangeira

a) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado financeiro, conforme descrito na nota explicativa nº 35.

b) Empresas controladas

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) registrados por controlada sediada no exterior foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

3.4 Ativos Financeiros

3.4.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação) e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas controladas compreendem “contas a receber de clientes”, “caixa e equivalentes de caixa”, “créditos com controladas”.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

ii) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas e são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para devedores duvidosos “PDD” (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado ajustado

pela provisão para *impairment*, se necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia e suas controladas), as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos (*impairment*) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia ou suas controladas não serão capazes de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e o cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

b) Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos que correspondem a operações contratadas para proteção de suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros de dívidas e compromissos futuros. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou quaisquer outros instrumentos de risco.

c) Mensurado ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda de curto prazo e classificados como ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

i) Aplicações financeiras e derivativas

As aplicações financeiras estão registradas pelo custo de aquisição e mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.4.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual há o compromisso de compra ou venda do ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos para a Companhia; neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

3.5 Impairment de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial

dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- v) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

3.6 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

3.7 Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa de poupança e apresentados como ativo não circulante, realizável a longo prazo.

3.8 Recebíveis da Eletrobrás

Os recebíveis da Eletrobrás são decorrentes de valor incontroverso e são reconhecidos com base no cálculo da contadoria de Justiça Federal e estão atualizados por índice de inflação, acrescidos de 12% ao ano conforme detalhado na nota explicativa 15.

3.9 Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrem perdas de investimentos em controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classifica a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica "Provisão para perdas em investimentos" e a contrapartida da provisão é registrada no resultado, na rubrica "Resultado da equivalência patrimonial". Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para *impairment*, caso exista algum indicador de perda (nota explicativa nº 19).

3.10 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo atribuído, deduzido da depreciação acumulada. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante. Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados no custo de produção, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme taxa de depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

3.11 Intangível

O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares, direitos de exploração de jazidas de minérios, fundo de comércio. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização, mencionadas na nota explicativa nº 21, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil definida para o ativo.

A Companhia e suas controladas determinaram a vida útil das marcas e patentes e fundo de comércio como indefinida. Com base em uma análise de todos os fatores relevantes, verificou-se que estes ativos não apresentaram limites previsíveis em relação ao período durante o qual se espera que os mesmos gerem fluxos de entrada de caixa líquidos para as entidades.

A recuperação de um ativo intangível com vida útil indefinida é testada comparando o seu valor recuperável com o seu respectivo valor contábil. O procedimento é feito anualmente ou sempre que haja uma indicação de que o ativo intangível pode estar perdendo substância econômica, conforme determinação do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável.

3.12 Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia e suas controladas assumem substancialmente os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros sob a rubrica "Empréstimos e financiamentos", e registrados como uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento pelo valor justo e

subsequentemente pelo custo amortizado. O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas usuais, descritas na nota explicativa nº 20.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte dos riscos e benefícios de propriedade ficam com a Companhia e suas controladas são classificados como arrendamentos operacionais. As despesas com arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

3.13 Impairment de ativos não financeiros, (exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos)

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* anualmente e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

3.14 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.15 Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

São classificados como passivo circulante, a menos que a Controladora e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do exercício.

3.16 Provisões para contingências, passivos e ativos contingentes

As provisões para contingências são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo em função de atualização monetária é reconhecido como despesa financeira.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas Demonstrações Financeiras, e os classificados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

3.17 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

3.18 Benefícios a empregados

a) Plano de previdência privada

A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

b) Plano de participação nos resultados

O reconhecimento desta participação é realizado mensalmente no passivo circulante, sob a rubrica “Outros” e na demonstração do resultado sob a rubrica “Outras despesas operacionais”. Seu cálculo baseia-se em uma fórmula que considera o atingimento de 80% do lucro antes dos juros e impostos orçados.

c) Incentivo de longo prazo

A Companhia opera um plano de incentivos de longo prazo, segundo os quais a Companhia recebe serviços dos empregados e oferece como contraprestação pagamentos em dinheiro. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca de caixa, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido como obrigação é determinado anualmente considerando os principais aspectos: o crescimento do EBITDA e uma relação do EBITDA com a dívida líquida da Companhia (nota explicativa 30). O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas com base nas condições de aquisição de direitos e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no passivo.

3.19 Capital social

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido conforme nota explicativa nº 31.

3.20 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3.21 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento do contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

a) Venda de produtos - atacado

A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (Home Centers, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

b) Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

3.22 Demonstração do valor adicionado

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.23 Despesas financeiras

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, variação monetária nas contas a pagar a fornecedores, variação cambial de empréstimos e financiamentos, atualização de parcelamento de impostos e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.24 Novas normas, alterações ou interpretação de IFRS emitidas pelo IASB

Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 01 de janeiro de 2016

- **Revisão do IAS 16 e IAS 38 – Esclarecimentos sobre os métodos aceitos de depreciação e amortização:** A modificação tem o propósito de incluir informações sobre o conceito de expectativa futura de redução no preço de venda e esclarecer sobre o método de depreciação baseado na receita gerada por uma atividade. A Companhia entende que a referida revisão não terá impacto em suas demonstrações contábeis uma vez que se trata apenas da inclusão de esclarecimentos.
- **Revisão do IFRS 11 – Contabilização de aquisições de participações em operações conjuntas (joint operation):** A alteração requer que o adquirente de uma participação em operação conjunta que constitui um negócio, conforme definido no IFRS 3, aplique os princípios do IFRS 3, e de outros pronunciamentos, exceto aqueles que entram em conflito com o IFRS 11. A Companhia avaliará os efeitos oriundos da aplicação da referida revisão em caso de eventual aquisição de operações conjuntas.

Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 01 de janeiro de 2017

- **IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes:** O pronunciamento estabelece princípios para uma entidade reconhecer a receita na transferência de produtos ou serviços no montante em que reflita o que a entidade espera receber em troca do produto entregue ou serviço prestado. A norma ainda estabelece 5 passos para o reconhecimento da receita. Adicionalmente fornece instruções para a divulgação das informações aos usuários sobre a natureza, quantidade, tempestividade e a incerteza das receitas e fluxo de caixa decorrentes dos contratos da entidade com clientes. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos oriundos da aplicação do referido pronunciamento.

Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º de janeiro de 2019

A Companhia está avaliando os impactos que as normas a seguir descritas terão em suas demonstrações contábeis.

IFRS 16 – Leasing: introduz exigências para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. A norma define um modelo único de contabilidade de leasing, exigindo que o arrendatário reconheça ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do leasing tenha valor não significativo. Para os arrendadores não há alterações substanciais, devendo continuar classificando os contratos de leasing como operacionais ou financeiros, conforme definido no IAS 17.

3.25 Reclassificações exercício de 2014

a) Outros ganhos (perdas), líquidos

Na apresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, a Companhia reclassificou a rubrica “Outros ganhos (perdas), líquidos” de 31 de dezembro de 2014 no montante de R\$ 6.933 (Controladora e Consolidado), que estavam originalmente apresentadas na Demonstração do Resultado do Exercício no grupo resultado operacional, antes do resultado financeiro, para rubrica específica no resultado financeiro “Variação Cambial Líquida”. O referido montante foi reclassificado para fins de comparabilidade com a apresentação de tais operações em 31 de dezembro de 2015, conforme divulgado na nota 35. Não houve alteração no total do resultado do exercício em 31 de dezembro de 2014.

b) Fornecedores

Na apresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, a Companhia reclassificou as operações de cessão de créditos fornecedores de 31 de dezembro de 2014 no montante de R\$ 23.703 (controladora e Consolidado), que estavam originalmente apresentadas no balanço patrimonial na rubrica “Fornecedores” para rubrica específica do passivo circulante “cessão de créditos fornecedores” para fins de comparabilidade com a apresentação de tais operações em 31 de

dezembro de 2015 conforme divulgado na nota 22. Não houve alteração no total do passivo circulante originalmente apresentado de R\$ 454.415 (controladora) e R\$ 463.239 (consolidado) em 31 de dezembro de 2014.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

4.1 Estimativas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

a) Revisão da vida útil e recuperação dos ativos

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

b) Provisões para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

c) Provisões para perda no estoque

A provisão de estoque para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como descontinuados, baixo giro e quando o valor dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas Demonstrações Financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessário uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

e) Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem

ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa nº 29.

4.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

a) Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que encontra-se atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa, desta forma de acordo com os consultores jurídicos, é praticamente certo a chancela definitiva dos valores postulados.

b) Créditos com outras pessoas ligadas com garantias

O recebível da Refinadora Catarinense é reconhecido com base no valor de contrato firmado com a contraparte e no valor das garantias oferecidas. Os créditos cedidos em garantia já foram convertidos em precatório e encontram-se insertos no orçamento da União. A Refinadora Catarinense S/A já efetuou o pagamento de quatro parcelas (de um total de dez parcelas, conforme disposição contratual) sendo uma em agosto de 2011, uma em março de 2013, uma em abril de 2014, e uma em dezembro de 2015 nos montantes de R\$ 8.505, R\$ 9.824, R\$ 9.995 e R\$ 10.000, respectivamente.

c) Parcelamento MP 470

O valor do parcelamento da MP 470 baseia-se no princípio que a Companhia obterá o deferimento do pedido de acordo com a opinião de seus consultores jurídicos.

A Companhia já requereu a prestação jurisdicional para obter a homologação judicial do parcelamento a que alude a MP 470. A referida ação – Mandado de Segurança – tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, secundada no pronunciamento da área jurídica da Companhia, bem como de dois escritórios de advocacia de notória especialização (Demarest Almeida e Souza Cescon). A título de esclarecimento, o mandado de segurança impetrado para buscar a homologação judicial do parcelamento foi denegado em primeira instância. Em sede recursal, o TRF da 4ª Região deu parcial provimento ao recurso. A Companhia mantém o pronunciamento de reverter a questão jurídica remanescente no Superior Tribunal de Justiça.

d) Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS denominado PRODEC - Programa de desenvolvimento da empresa Catarinense - concedido pelo governo estadual de Santa Catarina, conforme descrito na nota explicativa nº 23a) . O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas Demonstrações Financeiras.

No estado de Alagoas, a Companhia possui incentivo fiscal denominado PRODESIN – Programa de Desenvolvimento Integrado. Os benefícios fiscais do PRODESIN consistem em diferimento do ICMS incidente sobre os bens adquiridos no país e no exterior destinados ao ativo fixo; diferimento do ICMS

incidente sobre a matéria-prima adquirida no país ou no exterior; crédito presumido de 50% (cinquenta por cento) do ICMS relativo aos produtos da filial localizada no estado; diferimento para 360 (trezentos e sessenta) dias do ICMS a ser recolhido; financiamento de parte do ICMS devido ao estado em até 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais com carência de 24 (vinte e quatro) meses para o pagamento da primeira parcela.

e) Auto de infração

Em 08 de dezembro de 2014, a Companhia foi cientificada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos-calendários de 2009 a 2013. A Companhia apresentou defesa e encontra-se aguardando o julgamento da referida impugnação, conforme detalhado na nota explicativa 28a).

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria e Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a Diretoria Financeira, identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Apresentamos a seguir os saldos ativos e passivos expostos à variação da taxa de câmbio:

	Em reais			
	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Contas a receber	47.775	34.118	47.775	34.118
Conta corrente	594	19.475	594	19.475
Créditos com controladas	79.947	54.383	-	-
Ativos expostos	128.316	107.976	48.369	53.593
Provisão para perdas em investimentos	(79.676)	(54.128)	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(17.640)	(46.721)	(17.640)	(46.721)
Empréstimos e financiamentos	(175.283)	(136.441)	(175.283)	(136.441)
(-) Operação Swap	76.630	39.160	76.630	39.160
Passivos expostos	(195.969)	(198.130)	(116.293)	(144.002)
Exposição líquida	(67.653)	(90.154)	(67.924)	(90.409)

	Em Euro				Em Dólar			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Contas a receber	458	293	458	293	9.412	9.387	9.412	9.387
Conta corrente	-	-	-	-	152	7.332	152	7.332
Créditos com controladas	-	-	-	-	20.474	20.474	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	-	-	-	(20.392)	(20.378)	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(1.468)	(6.193)	(1.468)	(6.193)	(2.953)	(1.010)	(2.953)	(1.010)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(44.889)	(51.659)	(44.889)	(51.659)
(-) Operação Swap	-	-	-	-	19.624	15.026	19.624	15.026
	(1.010)	(5.900)	(1.010)	(5.900)	(18.572)	(20.828)	(18.654)	(20.924)

A estratégia adotada para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos da Companhia tem sido manter a exposição cambial passiva em valores aproximados em até um ano de suas exportações.

ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Baseado em diversos cenários, a Companhia administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros, usando o *Swap* de taxa de juros, que recebe juros variáveis e paga juros fixos e tem o efeito econômico de converter empréstimos mantidos em taxas variáveis para taxas fixas. As taxas fixas, que são resultado dessa operação de *Swap*, são menores que aquelas disponíveis se a Companhia tomasse os empréstimos diretamente a taxas fixas. Por meio das operações de *Swap* de taxas de juros, a Companhia concorda com outras partes em trocar, a intervalos especificados, a diferença entre as taxas contratuais fixas e os valores de juros a taxas variáveis, calculada mediante os valores de referência (notional) acordados entre as partes.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

No que diz respeito às aplicações financeiras, são preponderantemente realizadas em fundos de investimentos, conforme descrito na nota explicativa nº 6.

b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas mantem rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeira.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Controladora e consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

	Controladora							
	31 de dezembro de 2015				31 de dezembro de 2014			
	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e ctas pg investimento	Parcelamento de obrigações tributárias	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	210.808	705	128.623	9.018	172.586	476	157.715	8.300
Entre um e dois anos	252.243	1.124	47.923	18.618	199.094	-	33.287	17.182
Entre dois e cinco anos	191.774	-	-	27.927	58.704	-	-	25.773
Acima de cinco anos	51.303	-	-	26.375	23.931	-	-	32.932
	706.128	1.829	176.546	81.938	454.315	476	191.002	84.187

*A variação do total de empréstimos apresentadas nessa tabela refere-se ao AVP do Prodec, vide nota explicativa 23a).

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2015				31 de dezembro de 2014			
	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e ctas pg investimento	Parcelamento de obrigações tributárias	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	210.808	705	143.310	9.081	172.586	476	158.506	8.358
Entre um e dois anos	253.353	1.124	47.923	18.744	199.094	-	33.287	17.298
Entre dois e cinco anos	191.774	-	-	28.116	59.705	-	-	25.947
Acima de cinco anos	51.303	-	-	26.554	23.931	-	-	33.157
	707.238	1.829	191.233	82.495	455.316	476	191.793	84.760

*A variação do total de empréstimos apresentadas nessa tabela refere-se ao AVP do Prodec, vide nota explicativa 23a).

d) Análise de sensibilidade

i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI, TJLP e Selic.

Em 31 de dezembro de 2015 a administração considerou como cenário provável a taxa de CDI de 14,14%, TJLP de 7,50% e Selic de 14,25%. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Os cenários abaixo foram estimados para o período de um ano:

	31 de dezembro de 2015	Risco	Consolidado em Reais					
			Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Operação								
Aplicações (remuneradas 97,22% CDI)	184.771	Baixa CDI	14,14%	25.401	10,61%	19.051	7,07%	12.700
	184.771			25.401		19.051		12.700
Operação								
Empréstimos - Capital de giro	(15.541)	Alta CDI	14,14%	(2.197)	17,68%	(2.747)	21,21%	(3.296)
Empréstimos - Nota de crédito de exportação	(164.655)	Alta CDI	14,14%	(23.282)	17,68%	(29.103)	21,21%	(34.923)
Empréstimos - Trade 4131 Swap	(28.774)	Alta CDI	14,14%	(4.069)	17,68%	(5.086)	21,21%	(6.103)
Debêntures	(197.499)	Alta CDI	14,14%	(27.926)	17,68%	(34.908)	21,21%	(41.890)
Empréstimos - BNDES	(2.362)	Alta TJLP	7,50%	(177)	9,38%	(221)	11,25%	(266)
Parcelamento	(82.495)	Alta Selic	14,25%	(11.756)	17,81%	(14.694)	21,38%	(17.633)
	(491.326)			(69.407)		(86.759)		(104.111)

*Cenários possível e remoto calculados com base na taxa provável.

ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2015 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas Demonstrações Financeiras. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	31 de dezembro de 2015	Consolidado em Reais					
		Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
		Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)
Contas a receber	47.775	4,280	4.591	5,350	11.944	6,420	23.888
Conta corrente	594	4,280	57	5,350	149	6,420	297
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(17.640)	4,280	(1.695)	5,350	(4.410)	6,420	(8.820)
Empréstimos e financiamentos	(175.283)	4,280	(16.842)	5,350	(43.821)	6,420	(87.641)
(-) Operação Swap	76.630	4,280	7.363	5,350	19.158	6,420	38.315
Exposição líquida	(67.924)	4,280	(6.526)	5,350	(16.980)	6,420	(33.961)

*Cenários possível e remoto calculados com base na taxa provável.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da administração ao gerir seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira consolidado. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e parcelamento de obrigações tributárias, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, créditos com outras pessoas ligadas e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Empréstimos e financiamentos	696.618	446.367	697.728	447.368
Parcelamento de obrigações tributárias	81.937	84.187	82.495	84.760
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(81.761)	(87.803)	(87.664)	(92.383)
Créditos com outras pessoas ligadas	(84.601)	(88.893)	(84.601)	(88.893)
Aplicações Financeiras	(100.478)	-	(100.478)	-
Dívida líquida	511.715	353.858	507.480	350.852
Total do patrimônio líquido	231.846	237.270	231.856	237.280
Total do capital	743.561	591.128	739.336	588.132
Índice de alavancagem financeira (%)	69	60	69	60

Adicionalmente a Companhia possui linha de crédito aprovada com o Banco do Nordeste do Brasil S/A no valor de R\$ 147.784, cuja finalidade é o investimento na unidade fabril na cidade de Marechal Deodoro (AL), dos quais a Companhia já captou o montante de R\$ 89.686.

5.3 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Ativos, empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	81.761	87.803	87.664	92.383
Contas a receber de clientes	175.837	179.292	208.367	187.918
Ativos, avaliados pelo valor justo por meio de resultado				
Aplicações financeiras	100.478	-	100.478	-
Derivativos	5.435	-	5.435	-
	363.511	267.095	401.944	280.301
Passivo, outros passivos financeiros				
Fornecedores	128.307	149.582	142.994	150.373
Contas a pagar de investimentos	-	21.466	-	21.466
Empréstimos e financiamentos	696.618	446.367	697.728	447.368
Parcelamento de obrigações tributárias	81.937	84.187	82.495	84.760
	906.862	701.602	923.217	703.967

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Conta corrente	5.553	22.329	9.147	24.097
Aplicações financeiras	76.208	65.474	78.517	68.286
	81.761	87.803	87.664	92.383

As aplicações financeiras designadas como equivalentes de caixa são participações em fundos de investimento, cuja rentabilidade média do fundo em dezembro de 2015 foi equivalente a 97,22% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a aplicação pode ser resgatada a qualquer momento, sem penalidades.

7 Instrumentos financeiros

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

A Companhia possui operações de *Swap*, que visam proteger os pagamentos futuros dos empréstimos e financiamentos nas modalidades abaixo, das oscilações do dólar norte americano e da taxa de juros. Estas operações estão classificadas no passivo não circulante, conforme segue:

a) Em dezembro de 2012 a Companhia celebrou uma operação seguindo as regras determinadas pela Lei nº 4.131 (Trade Exportador) no valor de R\$ 50.000 ao custo de 9,8% ao ano pré-fixado, mas com Swap para CDI+1,60% ao ano e prazo de pagamento em 60 meses com carência de 24 meses. As amortizações são semestrais.

b) Em novembro de 2014 a Companhia celebrou uma operação de Crédito Exportação (NCE) no valor de US\$ 15.000, equivalente a R\$ 37.600 ao custo de 1,65% a.a + LIBOR-03 + variação cambial, ao ano, com Swap para 109% CDI ao ano e prazo de pagamento em 36 meses com carência de 11 meses. As amortizações são trimestrais. Este contrato foi repactuado em junho de 2015 e posteriormente em agosto de 2015 para ajuste da paridade inicial da operação.

c) Em julho de 2015 a Companhia celebrou uma operação seguindo as regras determinadas pela Lei nº 4.131 (Trade Exportador) no valor de R\$ 20.000 ao custo de 2,97% a.a + variação cambial, mas com Swap para CDI+1,60% ao ano e prazo de pagamento em 12 meses com carência de 4 meses. As amortizações são trimestrais. Este contrato foi repactuado em agosto de 2015 para ajuste da paridade inicial da operação.

d) Em setembro de 2015 a Companhia celebrou uma operação seguindo as regras determinadas pela Lei nº 4.131 (Trade Exportador) no valor de R\$ 7.200 ao custo de 2,97% a.a + variação cambial, mas com Swap para 111% do CDI e prazo de pagamento em 12 meses com carência de 4 meses. As amortizações são trimestrais.

O valor justo dos ganhos e perdas destas operações de Swap foi registrado líquido, na rubrica "Outros" no ativo circulante:

Contratos	Vencimento	Valor Notional	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
a) Lei nº 4.131	dez-17	28.774	(119)	(103)
b) Crédito Exportação	nov-17	48.608	3.917	1.111
c) Lei nº 4.131	jun-16	15.368	1.097	-
d) Lei nº 4.131	ago-16	7.289	540	-
			5.435	1.008

A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou quaisquer outros instrumentos de risco.

8 Aplicações financeiras vinculadas

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui aplicações financeiras vinculadas aos contratos das Debêntures, no montante de R\$ 100.478 registradas no curto prazo, que estarão liberadas após o registro dos gravames escritos nas garantias. No longo prazo estão vinculadas ao contrato com o Banco do Nordeste do Brasil S/A.

9 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Contas a receber de terceiros:				
Mercado interno	128.120	144.640	160.650	153.266
Mercado externo	47.775	34.118	47.775	34.118
	175.895	178.758	208.425	187.384
Contas a receber de partes relacionadas:				
Entidades ligadas à administração	1.280	1.634	1.280	1.634
	1.280	1.634	1.280	1.634
<i>Impairment</i> de contas a receber de clientes:				
Provisão para devedores duvidosos	(1.080)	(1.026)	(1.080)	(1.026)
Recomposição do valor nominal ao valor presente	(258)	(74)	(258)	(74)
	(1.338)	(1.100)	(1.338)	(1.100)
	175.837	179.292	208.367	187.918

A movimentação da provisão para devedores duvidosos de contas a receber é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2014	1.026	1.026
Provisão (reversão) para <i>impairment</i> de contas a receber	54	54
Em 31 de dezembro de 2015	1.080	1.080

A Administração entende que a provisão para créditos de liquidação duvidosa é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A constituição e baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado como despesas comerciais.

a) Composição das contas a receber por idade de vencimento com classificação provisionados e não provisionados

	Controladora							
	31 de dezembro de 2015	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos	31 de dezembro de 2014	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos
A vencer	169.633	169.633	-	-	169.411	169.411	-	-
Vencidos até 30 dias	4.168	-	4.168	-	7.796	-	7.785	11
Vencidos de 31 a 90 dias	1.576	-	1.536	40	1.899	-	1.777	122
Vencidos de 91 a 360 dias	1.248	-	747	501	761	-	348	413
Vencidos há mais de 360 dias	550	-	11	539	525	-	45	480
	177.175	169.633	6.462	1.080	180.392	169.411	9.955	1.026

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2015	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos	31 de dezembro de 2014	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos
A vencer	201.016	201.016	-	-	177.675	177.675	-	-
Vencidos até 30 dias	4.731	-	4.731	-	7.979	-	7.968	11
Vencidos de 31 a 90 dias	2.074	-	2.034	40	2.145	-	2.023	122
Vencidos de 91 a 360 dias	1.334	-	833	501	692	-	279	413
Vencidos há mais de 360 dias	550	-	11	539	527	-	47	480
	209.705	201.016	7.609	1.080	189.018	177.675	10.317	1.026

Os recebíveis da Companhia figuram como garantia de alguns dos empréstimos e financiamentos tomados, conforme descrito na nota explicativa nº 23. Seu montante é calculado a partir de um percentual do saldo residual da dívida. Em 31 de dezembro de 2015, o total de contas a receber dados em garantia era de R\$ 97.780 (R\$ 79.126 em 31 de dezembro de 2014).

10 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Produtos acabados	167.498	158.259	167.701	158.951
Produtos em processo	5.756	5.407	5.756	5.407
Matérias-primas e materiais de consumo	33.410	16.150	33.410	16.150
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(6.169)	(6.675)	(6.169)	(6.675)
Importações em andamento	4.593	18.459	4.593	18.459
	205.088	191.600	205.291	192.292

11 Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Mercado interno	2.528	3.136	1.785	1.767
Mercado externo	268	21	268	21
	2.796	3.157	2.053	1.788

12 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Circulante				
ICMS (a)	12.313	13.828	12.821	13.828
IPI (b)	1.549	1.023	1.975	1.023
IRPJ/CSLL	4.964	-	6.020	452
PIS/COFINS	1.112	-	1.521	-
Outros	215	166	438	345
	20.153	15.017	22.775	15.648
Não circulante *				
ICMS	3.807	4.070	3.807	4.070
PIS/COFINS	6.670	11.260	6.670	11.260
	10.477	15.330	10.477	15.330

* Impostos a recuperar decorrentes de aquisições de ativo imobilizado.

a) Crédito presumido sobre produtos importados

Desde 2012 a Companhia utiliza o benefício Pró-emprego (TTD) que reduz o ICMS (crédito presumido) na venda de produtos importados através dos portos de Santa Catarina.

Conservadoramente, a Companhia entendeu que não caberia o crédito presumido do ICMS na revenda de produtos importados quando a saída se dava a não contribuinte do ICMS, em especial às empresas construtoras e incorporadoras.

Em 2014, a Companhia contratou uma consultoria para efetuar um trabalho de revisão do ICMS, e foi identificada a possibilidade do aproveitamento desse crédito, inclusive de forma extemporânea. Assim, em 31 de dezembro 2015, do montante de R\$ 12.313 registrado no ativo circulante, R\$ 5.379 refere-se ao reconhecimento dos créditos fiscais de ICMS referidos acima, líquido dos valores já utilizados.

b) Redução dos percentuais das alíquotas de IPI

A redução dos percentuais das alíquotas de IPI incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Portobello S.A. originalmente permitida pelo Decreto nº 7.032 de 14 de dezembro de 2009, estava mantida até 31 de março de 2014 conforme Decreto nº 7.796 de 30 de agosto de 2012, e foi revogada pelo Decreto Federal 7.879 de 27 de dezembro de 2012, que define alíquota zero para o IPI do setor, por prazo indeterminado. Esta medida origina créditos que são utilizados trimestralmente para compensação de tributos federais.

13 Créditos com outras pessoas ligadas

A Companhia adquiriu, entre 2001 e 2003, da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ("Refinadora") créditos fiscais contra a Fazenda Nacional decorrentes de Mandado de Segurança reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI. A Companhia utilizou tais créditos, para liquidação de tributos federais. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Nacional, a "Refinadora" deveria ressarcir a Companhia.

O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se em meados de 2009 definindo o marco extintivo deste incentivo em 04 de outubro de 1990, extinguindo as pretensões de utilização deste crédito. Dado este fato a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, incluindo então o débito decorrente da utilização do crédito adquirido da “Refinadora”.

Ressalta-se que a “Refinadora” já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados. A referida garantia foi prestada com créditos originados também sobre o benefício fiscal ‘crédito-prêmio do IPI’, de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada e favorável a Refinadora.

Por ocasião da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09, a Companhia e “Refinadora” firmaram instrumento confirmando como garantia tais créditos, bem como aptos a satisfação da totalidade dos débitos tributários parcelados. Em 31 de dezembro de 2015, esses créditos que também têm origem no processo 87.00.00967-9, representam R\$ 84.601 (R\$ 88.893 em 31 de dezembro de 2014) e são atualizados pela taxa SELIC, conforme contrato.

Importa dizer que os créditos em garantias já se transformaram em precatórios. Com efeito, a Companhia recebeu 4 parcelas de um total de 10 parcelas anuais, conforme disposto em contrato. Os recebimentos ocorreram em agosto de 2011, março de 2013, abril de 2014 e dezembro de 2015, nos montantes de R\$ 8.505, R\$ 9.824, R\$ 9.995 e R\$ 10.000 , respectivamente.

A Refinadora Catarinense S/A foi controladora no passado e atualmente possui acionistas em comum, e permanece financeiramente responsável pelo adimplemento da obrigação.

14 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista (vide nota explicativa nº 27) e estão discutindo essas questões na esfera administrativa e judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes estão registrados pelo valor original atualizado pelos índices relativos à remuneração básica da poupança, TR + 0,5%.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Cível (a)	47.924	33.289	47.944	33.307
Trabalhista	9.407	9.347	9.407	9.347
Tributária	2.568	3.928	2.573	3.927
	59.899	46.564	59.924	46.581

a) A Companhia, em razão de decisão intempestiva e unilateral por parte do fornecedor SC Gás, na suspensão do desconto do valor mensal do gás contratado, benefício intitulado de plano de fidelização, ingressou na justiça, postulando a manutenção do mencionado benefício, tendo sido deferida medida liminar para que os valores referentes ao desconto fossem depositados em juízo.

15 Recebíveis da Eletrobrás

A Companhia moveu ação contra a Centrais Elétricas Brasileira S/A - Eletrobrás visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago através das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei 4.156/62.

Em 16 de dezembro de 2005 esta ação foi julgada procedente e em fevereiro de 2006 a Companhia promoveu a ação de execução. Nesta ocasião, a Eletrobrás e União Federal embargaram o processo, reconhecendo como parcela incontroversa o valor de R\$ 6.286 (valores de 01 de março de 2008), representados (i) por meio de depósito bancário no valor de R\$ 4.964, em 01 de abril de 2008 e (ii) pela transferência de 61.209 ações preferenciais nominativas classe "B" da Eletrobrás que foram vendidas em 13 de agosto de 2008 por R\$ 1.597.

A Justiça Federal determinou que o núcleo de contadoria apurasse o valor remanescente devido à Companhia. A contadoria apurou então o valor de R\$ 12.064 em 01 de fevereiro de 2006. A Companhia reconheceu o valor apurado pela perícia judicial e mantém estes valores atualizados pelo INPC acrescido de 12% ao ano. Em 30 de setembro de 2010, o saldo remanescente era de R\$ 15.613 antes da atualização.

Submetido o cálculo à revisão, a contadoria da Justiça Federal apresentou novos valores, apurando como 'condenação líquida' o valor de R\$ 24.749. Em setembro de 2010 a Companhia reconheceu a diferença entre os valores apurados anteriormente e o cálculo atual da contadoria da Justiça Federal no montante de R\$ 9.136.

Em 01 de agosto de 2014, a contadoria da Justiça Federal condenou a Eletrobrás ao pagamento do montante apurado pela perícia, no total de R\$ 35.395, mas com data base de agosto de 2013. A partir dessa liquidação por arbitramento, a Companhia interpôs agravo de instrumento contra a decisão proferida nesses autos, requerendo que os cálculos fossem retificados e que fossem estabelecidos critérios a serem adotados na quantificação do valor da condenação, em virtude das divergências entre as partes. Baseada nessa situação, a PBG decidiu de forma conservadora, interromper a atualização do ativo momentaneamente, até que se tenha nova decisão do valor e dos critérios utilizados neste processo.

O valor apresentado até 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$ 48.621. Importa dizer que o valor apurado pela perícia é com data-base agosto de 2013, enquanto que o valor atualizado pela Companhia conforme mencionado anteriormente, está atualizado até julho de 2014.

16 Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar e a recolher têm a seguinte composição:

	Ativo Circulante				Passivo Circulante			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Imposto de renda	3.675	-	4.522	406	-	(5.490)	(415)	(6.103)
Contribuição social	1.289	-	1.498	46	-	(1.961)	(156)	(2.169)
	4.964	-	6.020	452	-	(7.451)	(571)	(8.272)

Os impostos são apresentados líquidos, no ativo ou passivo, caso haja direito legal de compensar ativos e passivos fiscais correntes.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para

determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos para controladora e consolidado são os seguintes:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Diferenças temporárias ativas	34.863	21.174
Variações cambiais pelo regime de caixa	13.720	2.316
Provisão para ajuste a valor de mercado	1.836	2.209
Provisão para contingências	9.605	8.470
Provisão para PIS e COFINS c/ base reduzida do ICMS	3.902	494
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	4.275	5.284
Outras diferenças temporárias ativas	1.525	2.401
Diferenças temporárias passivas	(56.528)	(51.358)
Portobello previdência	(3.291)	(1.725)
Realização da reserva de reavaliação	(19.708)	(20.326)
Recebíveis da Eletrobrás	(16.531)	(16.531)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(7.724)	(5.231)
Ajuste a valor presente	(3.691)	(2.803)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(5.583)	(4.742)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Líquido	(21.665)	(30.184)

A movimentação líquida em 31 de dezembro de 2015 da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2014	(30.184)
Diferenças temporárias ativas	13.689
Diferenças temporárias passivas	(5.788)
Reserva de reavaliação	618
Em 31 de dezembro de 2015	(21.665)

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos para controladora e consolidado é a seguinte:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Ativo de imposto diferido debitado (creditado) ao resultado		
Variações cambiais pelo regime de caixa	11.404	561
Base negativa de CSLL	-	(160)
Provisão para ajuste a valor de mercado	(373)	656
Provisão para contingências	1.135	1.504
Provisão para PIS e COFINS c/ base reduzida do ICMS	3.408	494
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	(1.009)	1.259
Outras diferenças temporárias ativas	(876)	526
	<u>13.689</u>	<u>4.840</u>
Realização da reserva de reavaliação	618	(2.930)
Recebíveis da Eletrobrás	-	(1.722)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(2.493)	(506)
Ajuste a valor presente	(888)	(1.090)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(841)	(278)
Portobello previdência	(1.566)	656
	<u>(5.170)</u>	<u>(5.870)</u>
	<u>8.519</u>	<u>(1.030)</u>

c) Imposto de renda e contribuição social, resultado

As despesas com imposto de renda e contribuição social são apresentadas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Lucro antes do imposto	64.674	121.689	76.381	129.528
Imposto calculado com base em alíquotas de impostos locais	(21.996)	(41.374)	(26.053)	(44.070)
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	3.680	7.275	-	-
Despesas não dedutíveis	3.711	5.255	3.711	5.222
Depreciação de ativos reavaliados	(487)	(534)	(487)	(534)
Créditos tributários s/ prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(5.449)	(1.282)	(9.398)	(1.180)
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	(20.541)	(30.660)	(32.227)	(40.562)
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	8.519	2.435	8.519	4.518
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(12.022)	(28.225)	(23.708)	(36.044)
Aliquota efetiva	18,6%	23,2%	31,0%	27,8%

17 Ativo tributário

A Companhia possui processo judicial requerendo o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', em diferentes períodos de apuração. O processo nº 1987.0000.645-9 referente ao período de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985, já tendo decisão favorável à Companhia, encontra-se em fase de liquidação de sentença com os valores já apurados pela contadoria da Justiça Federal. A Companhia tem expectativa de realização deste ativo em médio prazo. Desta forma, a Companhia reconheceu em novembro de 2009 o valor incontroverso que atualizado até 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 17.396 (R\$ 15.386 em 31 de dezembro de 2014).

Relativamente ao processo nº 1984.00.020114-0, movido contra a Fazenda Nacional, o qual versa sobre o direito da Companhia em receber benefício fiscal intitulado como crédito prêmio IPI, instituído pelo artigo 1º do Decreto Lei nº 491/69, art. 1º, no período de 07 de dezembro de 1979 a 31 de março de 1981, na forma como vinha recebendo, anteriormente, afastando a interferência, no caso, das Portarias nºs 960/79, 78/81 e 89/81. O referido benefício fiscal era calculado sobre a venda dos produtos manufaturados e exportados.

Nos últimos meses o processo passou por alterações significativas na situação processual. Após o trânsito em julgado, ocorrido há mais 10 anos, iniciou-se a fase de liquidação e execução de sentença, sobrevivendo laudo pericial, realizado por perito judicial. As partes foram intimadas do 'quantum' apurado para manifestação acerca da concordância ou impugnação do laudo. A Companhia concordou com os cálculos apresentados. A União, representada pela Procuradoria da Fazenda Nacional não se manifestou, ensejando a concordância tácita, operando-se a preclusão. Portanto, o processo está concluso para sentença e não há mais espaço para contestação. A Companhia reconheceu em 2015 o montante apurado pelo perito judicial no valor de R\$ 4.983, e como a Companhia entende que o ganho da mencionada ação é praticamente certo, registrou o ativo tributário em junho de 2015, e que atualizado até 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 5.322.

18 Ativos contingentes

O ativo contingente refere-se ao processo judicial 1998.34.00.029022-4 e também tratam do reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI'. Com efeito, o processo nº 1998.34.00.029022-4 teve sua liquidação de sentença transitada em julgado em março de 2015. O escritório de advocacia Souza Cescon Barriau & Flesch, instado a apurar o valor dos créditos judiciais declarados, quantificou o direito da Companhia em face da União Federal em R\$ 112.736, base fevereiro de 2012. Estes valores não são contabilizados pois não atendem os critérios de reconhecimento de acordo com o CPC 25 Provisões passivos contingentes e ativos contingentes.

19 Investimentos

a) Participação em controladas

A Companhia é controladora de cinco empresas e os investimentos estão registrados no ativo não circulante sob a rubrica "Participação em controladas" e no passivo como "Provisão para perda em investimentos".

	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Percentual de participação	31 de dezembro de 2014	Variações cambiais	Integração de capital	Resultado equivalência patrimonial	Dividendos propostos	31 de dezembro de 2015
Provisão para perdas em investimentos									
Portobello América Inc. (a)	(79.676)	(88)	100%	(54.130)	(25.459)	-	(88)	-	(79.677)
PBTech Ltda.	(2.549)	1.529	99,94%	(4.076)	-	-	1.529	-	(2.547)
Mineração Portobello Ltda.	(302)	(16)	99,76%	(287)	-	-	(15)	-	(302)
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	(11.408)	(11.466)	98,00%	(66)	-	440	(11.237)	-	(10.863)
				(58.559)	(25.459)	440	(9.811)	-	(93.389)
Investimentos - Participação em controladas									
Portobello Shop S.A.	481	20.633	99,90%	480	-	-	20.612	(20.612)	480
				480	-	-	20.612	(20.612)	480
Total investimento em controladas				(58.079)	(25.459)	440	10.801	(20.612)	(92.909)

(a) Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresenta a provisão para perdas em investimentos da controlada Portobello América Inc. no passivo não circulante. A intenção da Administração é de capitalizar a dívida da controlada.

As controladas são empresas de capital fechado, cuja participação da Controladora nos ativos, passivos e lucro do exercício é a seguinte:

	País de constituição	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Receita	Resultado
Em 31 de dezembro de 2014						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	281	54.409	-	(90)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	6.147	10.224	12.381	2.661
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	17.300	16.820	65.004	18.382
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	1.408	1.694	3.856	560
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,00%	162	230	-	(117)
Em 31 de dezembro de 2015						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	288	79.964	-	(88)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	5.296	7.815	44.806	1.529
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	23.148	22.668	64.693	20.612
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	1.527	1.829	5.699	(16)
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,00%	27.643	11.731	62.311	(11.236)

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

A controladora PBG S.A. possui um AFAC (adiantamento para futuro aumento de capital) com a controlada Companhia Brasileira de Cerâmica no montante de R\$ 27.321 em 31 de dezembro de 2015, classificada no passivo não circulante.

c) Companhia Brasileira de Cerâmica

Em dezembro de 2015, a controlada Companhia Brasileira de Cerâmica teve suas atividades absorvidas pela controladora PBG S.A.

20 Imobilizado

a) Composição

	Taxa média anual de depreciação	Controladora			Consolidado	
		31 de dezembro de 2015			31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos		12.141	-	12.141	12.141	13.062
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	193.069	(28.216)	164.853	100.944	163.773
Máquinas e equipamentos	15%	482.876	(258.211)	224.665	135.008	224.665
Móveis e utensílios	10%	9.407	(7.989)	1.418	1.018	1.440
Computadores	20%	17.989	(13.866)	4.123	1.861	4.147
Outras imobilizações	20%	209	(179)	30	41	5.494
Imobilizações em andamento		29.449	-	29.449	136.438	31.613
		745.140	(308.461)	436.679	387.451	444.194
						392.585

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição, (vide nota explicativa nº 31f).

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09 e vigente a partir de 01/01/09, a Companhia revisou e alterou a vida útil econômica dos bens de seus ativos imobilizados em 2008, com base no Laudo Técnico emitido pelos Engenheiros da Companhia, e desde então, periodicamente faz revisões das taxas, e a ultima alteração foi realizada em 2014.

b) Movimentação do imobilizado

Controladora										
	31 de dezembro de 2013	Adições*	Transfe-rências	Depre-ciação	Baixas	31 de dezembro de 2014	Adições*	Transfe-rências	Depre-ciação	Baixas
Terrenos	12.141	-	-	-	-	12.141	-	-	-	-
Edificações e benfeitorias	99.961	-	4.815	(3.832)	-	100.944	-	69.163	(5.254)	-
Máquinas e equipamentos	139.409	971	10.656	(16.028)	-	135.008	1.012	109.426	(20.462)	(319)
Móveis e utensílios	960	298	-	(240)	-	1.018	49	535	(184)	-
Computadores	1.702	779	-	(620)	-	1.861	1.618	1.530	(886)	-
Outras imobilizações	15	36	-	(10)	-	41	-	-	(11)	-
Imobilizações em andamento	10.236	141.673	(15.471)	-	-	136.438	74.029	(181.018)	-	-
	264.424	143.757	-	(20.730)	-	387.451	76.708	(364)	(26.797)	(319)
										436.679

Consolidado										
	31 de dezembro de 2013	Adições*	Transfe-rências	Depre-ciação	Baixas	31 de dezembro de 2014	Adições*	Transfe-rências	Depre-ciação	Baixas
Terrenos	12.518	544	-	-	-	13.062	-	-	-	-
Edificações e benfeitorias	100.075	-	4.815	(4.046)	-	100.844	-	69.163	(6.234)	-
Máquinas e equipamentos	139.409	971	10.656	(16.028)	-	135.008	1.012	109.426	(20.462)	(319)
Móveis e utensílios	1.045	364	-	(262)	(106)	1.041	52	535	(188)	-
Computadores	1.747	782	-	(633)	(5)	1.891	1.622	1.530	(896)	-
Outras imobilizações	540	270	1.173	(10)	-	1.973	200	3.332	(11)	-
Imobilizações em andamento	10.238	145.172	(16.644)	-	-	138.766	77.326	(184.350)	-	(129)
	265.572	148.103	-	(20.979)	(111)	392.585	80.212	(364)	(27.791)	(448)
										444.194

* Do montante total de adições da controladora e do consolidado, feitas em 2015, R\$ 1.394 foram juros capitalizados sobre o ativo imobilizado (1,74%). Em 2014, os juros capitalizados foram R\$ 3.091 (2,09% do total de aquisições).

Os montantes de depreciação foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Custo dos produtos vendidos	19.185	18.348	19.185	18.348
Despesa comercial	1.634	1.685	2.617	1.914
Despesa administrativa	914	697	925	717
Outras	5.064	-	5.064	-
	26.797	20.730	27.791	20.979

21 Intangível**a) Composição**

	Taxa média anual de amortização	Controladora			Consolidado	
		31 de dezembro de 2015			31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Softwares	20%	14.523	(12.491)	2.032	139	2.032
Direito de exploração de jazidas	20%	2.015	(1.242)	773	50	1.164
Marcas e patentes	-	150	-	150	150	150
Fundo de comércio	-	-	-	-	-	7.039
Softwares em desenvolvimento	-	5.315	-	5.315	2.803	5.315
Sistema de gestão (a)	21%	18.886	(9.346)	9.540	13.495	9.540
		40.889	(23.079)	17.810	16.637	25.240
						21.321

(a) Gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial, representados substancialmente pelos sistemas Oracle, WMS e Demantra e *Inventory Optimization* e pelos desenvolvimentos realizados no processo de gestão da cadeia de valor.

b) Movimentação do intangível

	Controladora						
	31 de dezembro de 2013	Adições	Amortizações	31 de dezembro de 2014	Adições	Amortizações	Transferência
							31 de dezembro de 2015
Softwares	208	-	(69)	139	1.802	(272)	363
Direito exploração de jazidas	250	-	(200)	50	1.015	(292)	-
Marcas e patentes	150	-	-	150	-	-	-
Softwares em desenvolvimento	-	2.803	-	2.803	2.512	-	-
Sistema de gestão	17.450	-	(3.955)	13.495	-	(3.955)	-
	18.058	2.803	(4.224)	16.637	5.329	(4.519)	363
							17.810

	Consolidado						
	31 de dezembro de 2013	Adições	Amortizações	31 de dezembro de 2014	Adições	Amortizações	Transferência
							31 de dezembro de 2015
Softwares	208	-	(69)	139	1.802	(272)	363
Direito exploração de jazidas	746	-	(252)	494	1.015	(345)	-
Marcas e patentes	150	-	-	150	-	-	-
Fundo de comércio	190	4.130	-	4.240	2.799	-	-
Softwares em desenvolvimento	-	2.803	-	2.803	2.512	-	-
Sistema de gestão	17.450	-	(3.955)	13.495	-	(3.955)	-
	18.744	6.933	(4.276)	21.321	8.128	(4.572)	363
							25.240

Os montantes de amortização foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Custo dos produtos vendidos	181	438	234	490
Despesa comercial	2.884	2.816	2.884	2.816
Despesa administrativa	1.454	970	1.454	970
	4.519	4.224	4.572	4.276

c) Projeção para amortização do Intangível Consolidado:

	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Softwares	473	473	443	433	210	2.032
Direito de exploração de jazidas	111	449	449	155	-	1.164
Sistema de gestão	3.949	3.673	1.918	-	-	9.540
	4.533	4.595	2.810	588	210	12.736

Os itens marcas e patentes, fundo de comércio e softwares em desenvolvimento no total de R\$ 12.504 não sofrem amortização devido a sua vida útil indefinida. Porém estão sujeitos a *impairment*, conforme descrito nas principais políticas contábeis, divulgados nas demonstrações financeiras do encerramento do exercício.

22 Fornecedores e cessão de crédito

a) Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Mercado interno	96.740	80.507	111.427	81.298
Mercado externo	16.241	45.529	16.241	45.529
Decomposição do valor nominal ao valor presente	(316)	(157)	(316)	(157)
Circulante	112.665	125.879	127.352	126.670
Mercado interno (a)	47.923	33.287	47.923	33.287
Não circulante	47.923	33.287	47.923	33.287
	160.588	159.166	175.275	159.957

(a) Provisão para pagamento ao fornecedor de gás decorrente do assunto mencionado na nota explicativa nº 14

b) Cessão de crédito de fornecedores

A Companhia realizou operações de cessão de crédito de fornecedores com instituições financeiras de primeira linha no montante de R\$15.642 em 2015 e R\$ 23.703 em 2014, com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, linhas de créditos mais atrativas visando à manutenção do relacionamento comercial.

Nas referidas transações não houve modificação das condições de pagamentos e de preços negociados com os fornecedores.

23 Empréstimos e financiamentos**a) Empréstimos e financiamentos**

	Moeda	Vencimentos	Encargos	Controladora		Consolidado	
				31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Circulante							
Capital de giro (a)	R\$	Out/2016	15,13% a.a. ¹	15.541	3.447	15.541	3.447
Arrendamento financeiro (b)	R\$	Mai/2018	11,48% a.a.	705	476	705	476
Banco do Nordeste S.A (c)	R\$	Jun/2025	3,00% a.a.	9.015	1.468	9.015	1.468
Exim Pré-embarque TJ 462	R\$	Ago/2015	- a.a. ¹	-	30.103	-	30.103
BNDES (d)	R\$	Mar/2016	10,36% a.a. ¹	2.362	15.582	2.362	15.582
Lei nº 4.131 (e) - (nota 7)	R\$	Dez/2017	15,74% a.a.	14.488	14.589	14.488	14.589
Lei nº 4.131 (e) - (nota 7)	US\$	Ago/2016	15,73% a.a. ¹	24.482	-	24.482	-
NCE (f)	R\$	Jan/2018	15,01% a.a. ¹	63.790	47.237	63.790	47.237
Pré-pagamento (g)	US\$	Mai/2018	5,08% a.a.+VC	4.896	3.338	4.896	3.338
PRODEC (h)	R\$	Set/2019	4,00% a.a. ¹	13.514	7.486	13.514	7.486
FINEP (i)	R\$	Mai/2021	6,85% a.a. ¹	6.866	5.215	6.866	5.215
DEG (j)	US\$	Out/2021	5,63% a.a.+VC	12.497	524	12.497	524
FINAME (k)	R\$	Ago/2023	3,00% a.a. ¹	415	174	415	174
ACC (l)	US\$	Dez/2015	3,15% a.a.+VC	15.365	37.306	15.365	37.306
NCE (f) - (nota 7)	US\$	Nov/2017	15,41% a.a.	26.117	5.777	26.117	5.777
Debêntures 1ª série (m)	R\$	Nov/2022	17,69% a.a.	336	-	336	-
Debêntures 2ª série (n)	R\$	Nov/2020	17,29% a.a.	325	-	325	-
Total do circulante			12,12% a.a. ¹	210.714	172.722	210.714	172.722
Total moeda nacional				127.357	125.777	127.357	125.777
Total moeda estrangeira				83.357	46.945	83.357	46.945
Não circulante							
Capital de giro (a)	R\$	Out/2016	15,13% a.a. ¹	-	-	1.110	1.001
Arrendamento financeiro (b)	R\$	Mai/2018	11,48% a.a.	1.124	-	1.124	-
Banco do Nordeste S.A (c)	R\$	Jun/2025	3,00% a.a.	76.446	27.760	76.446	27.760
BNDES (d)	R\$	Mar/2016	10,36% a.a. ¹	-	2.083	-	2.083
Lei nº 4.131 (e) - (nota 7)	R\$	Dez/2017	15,74% a.a.	14.286	28.571	14.286	28.571
NCE (f)	R\$	Jan/2018	15,01% a.a. ¹	48.716	61.017	48.716	61.017
Pré-pagamento (g)	US\$	Mai/2018	5,08% a.a.+VC	7.322	8.301	7.322	8.301
PRODEC (h)	R\$	Set/2019	4,00% a.a. ¹	33.934	34.738	33.934	34.738
FINEP (i)	R\$	Mai/2021	6,85% a.a. ¹	19.986	26.794	19.986	26.794
DEG (j)	US\$	Out/2021	5,63% a.a.+VC	58.572	47.812	58.572	47.812
FINAME (k)	R\$	Ago/2023	3,00% a.a. ¹	2.648	3.186	2.648	3.186
NCE (f) - (nota 7)	US\$	Nov/2017	15,41% a.a.	26.032	33.383	26.032	33.383
Debêntures 1ª série (m)	R\$	Nov/2022	17,69% a.a.	98.419	-	98.419	-
Debêntures 2ª série (n)	R\$	Nov/2020	17,29% a.a.	98.419	-	98.419	-
Total do não circulante			11,48% a.a. ¹	485.904	273.645	487.014	274.646
Total moeda nacional				393.978	184.149	395.088	185.150
Total moeda estrangeira				91.926	89.496	91.926	89.496
Total Geral			11,67% a.a. ¹	696.618	446.367	697.728	447.368
Total moeda nacional				521.335	309.926	522.445	310.927
Total moeda estrangeira				175.283	136.441	175.283	136.441

¹ Taxa média ponderada

VC - Variação Cambial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Detalhamento dos contratos

Nota	Contrato	Data		Captação (R\$ mil)	Prazo (meses)	Amorização	Carência (meses)	Garantias	
		Desembolso	Vencimento						
(a)	Capital Giro	set-15	out-16	R\$ 20.000	13	Mensal		Recebíveis da Portobello SA no valor de 20% do saldo devedor do contrato	
(b)	Arrend.financieiro	mai-15	mai-18	R\$ 2.192	36	Mensal		Máquinas e equipamentos	
	Banco do Nordeste	ago-14	jun-25	R\$ 89.687	133	Mensal	24	Hipoteca de imóveis e máquinas e equipamentos	
(c) Contrato celebrado em 06/2013, no valor de R\$ 147.700. A 1ª parcela do financiamento foi liberada pelo Banco em 08/2014 no valor de R\$ 29.221 , a 2ª parcela liberada em 01/2015 no valor de R\$ 45.765, a 3ª parcela liberada em 09/2015 no valor de R\$ 14.700									
(d)	BNDES (Progeren)	jan-13	jan-16	R\$ 20.000	36	Mensal	13	Operação clean	
		mar-13	mar-16	R\$ 10.000	36	Mensal	13	Recebíveis da Portobello SA no valor de 50% do saldo devedor do contrato	
(e)	4131 Trade	dez-12	dez-17	R\$ 50.000	60	Semestral	24	Recebíveis da Portobello SA no valor de 50% do saldo devedor do contrato	
		jul-15	jun-16	US\$ 6.396	12	Trimestral	6	Operação clean	
		set-15	ago-16	US\$ 2.000	12	Trimestral	6		
(f)	Crédito de Exportação (NCE)	jan-13	dez-17	R\$ 20.000	60	Semestral	24	Recebíveis da Portobello SA no valor de 50% do saldo devedor do contrato	
		abr-13	abr-16	R\$ 30.000	36	Semestral	12	Recebíveis da Portobello SA no valor de 20% do saldo devedor do contrato	
		mar-14	jan-17	R\$ 15.000	35	Mensal	12	Recebíveis da Portobello SA no valor de 50% do saldo devedor do contrato	
		mar-14	jan-17	R\$ 13.300	35	Mensal	12		
		abr-14	mar-17	R\$ 15.000	36	Mensal	12		
		mai-14	abr-17	R\$ 15.000	35	Mensal	8		
			set-14	set-17	R\$ 10.000	36	Trimestral	3	Operação clean
			nov-14	nov-17	US\$ 15.000	36	Trimestral	12	Recebíveis da Portobello SA no valor de 15% do saldo devedor do contrato
	fev-15	jan-18	R\$ 50.000	36	Trimestral	9			
(g)	Pré-pagamento PRODEC	jun-13	mai-18	US\$ 5.000	60	Trimestral	15	Penhor mercantil	
					48	Bullet	-		
(h) (Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) - Regime Especial do Estado de Santa Catarina obtido em julho de 2009. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente sendo que a taxa utilizada para fins de cálculo é a média do capital de giro circulante (12,58% ao ano). O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 761 (média do imposto pago no ano de 2007 e 2008), com carência de 48 meses, prazo de 120 meses e atualização monetária de 4% ao ano e variação da UFIR.									
(i)	Finep	jul-10	set-18	R\$ 30.103	99	Mensal	24	Fiança Bancária	
		Todas as 5 parcelas do financiamento foram liberadas pelo Banco, conforme abaixo: 1ª - R\$ 5.000 em 07/2010, 2ª - R\$ 5.100 em 08/2010, 3ª - R\$ 3.146 em 09/2010, 4ª - R\$ 5.572 em 12/2012 e 5ª - R\$ 11.282 em 08/2013.							
		jul-14	mai-21	R\$ 12.627	84	Mensal	24	Fiança Bancária	
		Contrato celebrado em 07/2014, no valor de R\$ 57.300 e a 1ª parcela do financiamento, no valor de R\$ 12.627, foi liberada pelo Banco neste mesmo mês. A 2ª parcela em 01/2016.							
(j)	DEG	mai-14	out-21	US\$ 18.000	90	Semestral	23	Máquinas e equipamentos e notas promissórias	
Este contrato possui cláusulas mínimas de "covenants" que não foram cumpridas, porém, a Companhia já recebeu a "waiver" para o 4T15 e o saldo está mantido no não circulante.									
(k)	Finame	mai-13	mai-23	R\$ 39	120	Mensal	25	Máquinas e equipamentos	
		mai-13	abr-23	R\$ 601	120	Mensal	24		
		jul-13	jul-23	R\$ 107	120	Mensal	25		
		jul-13	ago-23	R\$ 1.890	120	Mensal	26		
		jan-14	jun-23	R\$ 577	114	Mensal	18		
(l)	ACC	nov-15	nov-16	US\$ 5.000	12	Bullet	Bullet	Operação clean	
(m)	DEBÊNTURES 1ª Série	dez-15	nov-22	R\$ 100.000	83	Semestral	24	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória	
(n)	DEBÊNTURES 2ª Série	dez-15	nov-20	R\$ 100.000	59	Semestral	24	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória	

Em garantia dos demais empréstimos foram concedidos, principalmente, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora (nota explicativa nº 9) e de controlada (nota explicativa nº 41), aval dos controladores e de controlada e adicionalmente foram dados em garantia, estoques de produtos acabados no montante de R\$ 11.016.

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

	Controladora		Consolidado	
	Vencimentos em 1º de Janeiro	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
2016	-	108.351	-	109.352
2017	149.553	85.030	149.553	85.030
2018	98.435	29.432	99.545	29.432
2019 a 2025	237.916	50.832	237.916	50.832
	485.904	273.645	487.014	274.646

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são apresentados nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Reais	521.335	309.926	522.445	310.927
Dólares dos Estados Unidos	175.283	136.441	175.283	136.441
	<u>696.618</u>	<u>446.367</u>	<u>697.728</u>	<u>447.368</u>

O valor justo dos empréstimos atuais não possui diferenças significativas em relação ao seu valor contábil, uma vez que os valores contábeis estão registrados ao custo amortizado e atualizados *pró-rata*.

As obrigações de arrendamento financeiro para a controladora e consolidado estão descritas conforme abaixo:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Arrendamento financeiro		
Obrigações brutas (pagamentos mínimos)		
Menos de um ano	856	856
Total	<u>856</u>	<u>856</u>
Encargos de financiamento futuros	<u>973</u>	<u>(380)</u>
Valor presente das obrigações	<u>1.829</u>	<u>476</u>
Valor presente das obrigações		
Menos de um ano	705	476
Mais de um ano e menos de cinco anos	1.124	-
Total	<u>1.829</u>	<u>476</u>

c) Debêntures

Em 17 de novembro de 2015, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, a 2ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados ao alongamento do perfil de endividamento da Emissora, com relação a vencimentos de dívidas nos anos de 2015 e 2016 e o saldo remanescente à utilização como reforço de caixa da emissora.

	31 de dezembro de 2015
Valor da captação	
Debêntures 1ª série	100.668
Debêntures 2ª série	100.647
Saldo Bruto	<u>201.315</u>
Custos de captação	<u>(3.817)</u>
Saldo líquido	<u>197.498</u>
Circulante	661
Não circulante	196.837

Características da Emissão	
Emissão	2ª
Agente Fiduciário	PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.
Banco Mandatário	Itaú Unibanco S.A
Coordenador Líder	Banco Bradesco S.A.
Banco Depositário	ITAU CV S/A
Negociação	CETIP
Número de Séries	2
Volume da Emissão R\$	200.000.000,00
Qtde Total de Debêntures	2.000
Valor Nominal Unitário R\$	100.000,00

Detalhamento da operação por série		
Série	1ª	2ª
Registro CVM N°	480/09	
Código do Ativo	PTBL12	PTBL22
Data de Emissão	26/11/2015	
Data de Vencimento	26/11/2022	26/11/2020
Volume R\$	100.000.000,00	100.000.000,00
Qtde de Debêntures	1.000	1.000
Valor Nominal Unitário R\$	100.000,00	100.000,00
Forma	Normativa e escritural	
Espécie	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória	
Conversibilidade	Não conversíveis em ações de Emissão da Emissora	
Atualização	Não haverá atualização monetária do Valor Nominal	
Remuneração	Taxa DI + 3,55% ao ano (ano com base 252 dias)	Taxa DI + 3,15% ao ano (ano com 252 dias)
Pagamento Remuneração	Semestral, com a primeira data de remuneração em 26/05/2016	
Amortização	Será amortizado em 11 (onze) parcelas semestrais consecutivas, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 26 de novembro de 2017.	será amortizado em 7 (sete) parcelas semestrais consecutivas, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 26 de novembro de 2017.
Atos Societários:	RCA em 17/11/2015	
Covenants	Divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA <= 3,35 vezes	
	Divisão entre Ativo Circulante pelo Passivo Circulante >= 1,15 vezes	

24 Parcelamento de obrigações tributárias

Obrigações fiscais	Pedido de parcelamento		Controladora		Consolidado	
	Data	Parcelas a vencer	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	106	81.937	84.187	82.495	84.760

O cronograma de pagamentos para os parcelamentos é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Vencimento				
2015	-	8.300	-	8.358
2016	9.018	8.591	9.081	8.649
2017 a 2023 (*)	65.163	60.137	65.604	60.543
2024	7.756	7.159	7.810	7.210
	81.937	84.187	82.495	84.760
Circulante	9.018	8.300	9.081	8.358
Não circulante	72.919	75.887	73.414	76.402

(*) Sete parcelas anuais de R\$ 9.309 em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 8.591 em 31 de dezembro de 2014 para a Controladora e R\$ 9.372 e R\$ 8.649 respectivamente para o Consolidado.

a) **Lei nº 11.941/09 (REFIS - Programa de Recuperação Fiscal)**

Nos meses de maio e junho de 2011 a Companhia concluiu o processo de consolidação do parcelamento instituído pela Lei 11.941/09, iniciado com a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal, em Novembro de 2009.

Entre a adesão e a Consolidação a Companhia efetuou o recolhimento da parcela mínima de R\$ 395 conforme facultou a legislação. Durante esse período e mais precisamente na consolidação, tomou decisões que refletiram num ajuste econômico positivo de R\$ 3.013, sendo R\$ 3.613 de impacto em outras receitas operacionais e R\$ 600 em despesa financeira. O principal reflexo ocorreu em função da não confirmação da migração de débitos indeferidos no parcelamento da MP 470 para o parcelamento da Lei 11.941/09 (vide nota explicativa nº 25).

Concluída a consolidação, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas mensais de R\$ 776 sem atraso superior a três meses, bem como efetivou a desistência das ações judiciais e renuncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento, e conseqüentemente perda dos benefícios instituídos pela Lei 11.941/09. Estas desistências de ações contra autuações não prejudicam o prosseguimento dos processos em curso na Justiça, referidos nas notas explicativas nº 17 e nº 18.

25 Débitos Tributários Lei nº 12.249/10 (MP 470 e MP 472)

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao parcelamento previsto pela MP 470 (aproveitamento indevido de crédito prêmio de IPI), junto à SRF e PGFN. Nesta adesão, além do parcelamento houve a redução dos encargos e a Companhia pode utilizar créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais até 2008, para pagamento dos débitos.

Quando da conversão desta Medida Provisória (Lei nº 12.249/10) em junho de 2010 ficou autorizado à utilização de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais existentes em 31 de dezembro de 2009. A Companhia fez uso deste benefício e registrou no segundo trimestre de 2010 R\$ 3.252 considerando o parcelamento liquidado.

A PGFN indeferiu parcialmente o pedido em junho de 2010 alegando a necessidade de desistência das ações judiciais que contestavam o crédito, bem como aduziu que não fora preenchido o requisito do “aproveitamento indevido”. A Companhia manifestou-se no sentido de requerer a desistência/renúncia apenas das ações judiciais que contestavam as autuações recebidas da SRF. Todavia, entendeu a Procuradoria Regional da Fazenda Nacional de Santa Catarina que a desistência/renúncia devia

também alcançar as ações declaratórias que objetivam o reconhecimento do Crédito Prêmio de IPI, referidas nas notas explicativas nº 17 e nº 18. O Departamento Jurídico da Companhia está adotando as medidas necessárias contra a decisão da PGFN com o propósito de afastar a exigência da desistência/renúncia de ditas ações declaratórias como também a comprovação do “aproveitamento indevido”, manifestamente reconhecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em sede de lançamento. Este procedimento deliberado pela Administração é secundado por parecer do escritório Demarest Almeida, o qual defende que, para os débitos incluídos no parcelamento da Lei 12.249/10, não é exigível a desistência das ações declaratórias supracitadas, diferentemente do disposto na Lei 11.941/09. Desta forma sustenta que é praticamente certo reverter esta situação perseguindo as diversas instâncias judiciais para, no mérito, afastar os fundamentos do indeferimento. A título de esclarecimento, o mandado de segurança impetrado para buscar a homologação judicial do parcelamento foi denegado em primeira instância. Em sede recursal, o TRF da 4ª Região deu parcial provimento ao recurso. A Companhia mantém o pronunciamento de reverter a questão jurídica remanescente no Superior Tribunal de Justiça.

Na hipótese de manter-se a decisão da PGFN até a última instância, o que a Companhia entende ser remoto com base na opinião dos seus assessores jurídicos, o impacto no resultado da Companhia seria de uma perda de R\$ 21.389 em 31 de dezembro de 2015, considerando a desconfição da dívida, a inexistência dos benefícios e a manutenção dos débitos para a situação de passivo contingente, cujo eventual passivo tributário será satisfeito com os créditos decorrentes do processo nº 1998.34.00.029022-4, conforme destacado na nota explicativa nº 18.

26 Impostos, taxas e contribuições

Em 31 de dezembro de 2015 os impostos, taxas e contribuições registradas no passivo circulante estavam classificadas conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
IRRF	2.251	1.747	2.660	1.997
ICMS	7.245	6.176	7.189	6.166
PIS/COFINS	-	169	455	739
Outros	344	366	444	535
	9.840	8.458	10.748	9.437

27 Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus consultores jurídicos e legais, a Administração acredita que o saldo das provisões é suficiente para cobrir os gastos necessários para liquidar as obrigações.

A abertura do saldo das provisões pode ser assim apresentada:

Montante provisionado	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Cíveis	7.794	6.321	7.909	6.388
Trabalhistas	20.823	17.322	20.823	17.322
Tributárias	12.458	4.020	12.458	4.020
	<u>41.075</u>	<u>27.663</u>	<u>41.190</u>	<u>27.730</u>
Circulante	-	17.925	-	17.966
Não Circulante	41.075	9.738	41.190	9.764

As contingências que estavam classificadas no circulante eram provenientes de análise jurídica e em 31 de dezembro de 2015 não possuíam expectativa de realização menor que 12 meses.

As provisões são mensuradas pela estimativa dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. E os processos cíveis e trabalhistas são avaliados individualmente pelos consultores jurídicos da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas.

Demonstrativo da movimentação das provisões:

	Controladora			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2014	6.321	17.322	4.020	27.663
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	1.729	4.516	8.438	14.683
Provisões adicionais	1.144	1.512	9.784	12.440
Reversões por não utilização	(258)	(182)	(2.060)	(2.500)
Atualização monetária (nota 34)	843	3.186	714	4.743
Reversões por realização	(256)	(1.015)	-	(1.271)
Em 31 de dezembro de 2015	<u>7.794</u>	<u>20.823</u>	<u>12.458</u>	<u>41.075</u>

	Consolidado			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2014	6.388	17.322	4.020	27.730
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	1.979	4.516	8.438	14.933
Provisões adicionais	1.278	1.512	9.784	12.574
Reversões por não utilização	(258)	(182)	(2.060)	(2.500)
Atualização monetária (nota 34)	959	3.186	714	4.859
Reversões por realização	(458)	(1.015)	-	(1.473)
Em 31 de dezembro de 2015	<u>7.909</u>	<u>20.823</u>	<u>12.458</u>	<u>41.190</u>

Comentários sobre os processos cíveis, trabalhistas e tributários:

Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 232 ações cíveis (185 ações em 31 de dezembro de 2014), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais (nota explicativa nº 14).

Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 372 reclamações trabalhistas (378 reclamações em 31 de dezembro de 2014), movidas por ex-funcionários e terceiros. Os pedidos referem-se, preponderantemente, na postulação do adicional de insalubridade, matéria já pacificada no TRT da 12ª Região em favor da Companhia. As demais ações referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão suportados por depósitos judiciais (nota explicativa nº 14).

Fazem parte ainda das provisões de natureza trabalhista, notificação fiscal sobre contribuição previdenciária devida pela Companhia sobre a remuneração paga aos segurados, contribuição para financiamento dos benefícios em razão da incapacidade laborativa e contribuições destinadas a terceiros (INCRA e SEBRAE), acrescidos de juros moratórios e multa.

Alteração do Critério de Correção de Débitos Trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho - TST, em decisão publicada em 07 de agosto de 2015, promoveu a alteração do índice de correção dos débitos trabalhistas, de modo a substituir a Taxa Referencial (TR) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial-IPCA-E, com efeitos retroativos a 30 de junho de 2009.

A mudança de critério impactará o saldo de provisões trabalhistas em aproximadamente R\$ 6,5 milhões.

Todavia, o Supremo Tribunal Federal - STF, em decisão da lavra do Min. Dias Tófoli na Reclamação nº 22012, deferiu liminar suspendendo os efeitos da decisão do TST.

Desta forma, a Companhia não promoverá a majoração de suas provisões trabalhistas enquanto não for publicada decisão terminativa da ação em tramitação no STF.

Tributárias

a) INSS sobre Cooperativas

Trata-se de ações impetradas pela Companhia (mandado de segurança) contra o Instituto Nacional do Seguro Social, o qual exigiu o recolhimento da contribuição previdenciária prevista no artigo 22, inc. IV, da Lei nº 8.212/91 com a redação dada pela Lei nº 9.879/99.

A Companhia afirma que no exercício de suas atividades, contrata cooperativas de diversas áreas de trabalho, que lhe prestam serviços especializados, sujeitando ao recolhimento da contribuição, mas entende-se que não há previsão constitucional para sua cobrança, uma vez que ferem os princípios da legalidade, igualdade e da proteção às cooperativas, com base nisso pede-se liminar para que seja declarado o direito de não sujeitar-se ao recolhimento da contribuição previdenciária, bem como de efetuar a compensação de valores que tenha recolhido indevidamente a tal título. O saldo da provisão em 31 de dezembro de 2015 soma R\$ 601 (R\$ 2.567 em 31 de dezembro de 2014).

O Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 595.838, através de Repercussão Geral declarou a inconstitucionalidade do Art. 22, inciso IV da Lei 8.212/91. Assim, em juízo de retratação o Tribunal Regional Federal da 3ª Região nos autos da Apelação Cível nº 2002.61.00.009723-6 e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região nos autos da Apelação Cível nº 2002.72.00004159-5 seguiram o posicionamento firmado pelo STF, de modo a dar provimento aos Recursos de Apelação confirmando a inconstitucionalidade do Art. 22, inciso IV da Lei 8.212/91.

Em 27 de março de 2015, na Apelação Cível nº 2002.72.00004159-5, ocorreu o trânsito em julgado do acórdão. Os valores depositados já foram levantados pela Companhia, mediante outorga de alvará judicial. No tocante a Apelação Cível nº 2002.61.00.009723-6, o processo encontra-se aguardando certificação do trânsito em julgado. No tocante a Apelação Cível nº 2002.61.00.009723-6, o processo está concluso para despacho do desembargador sobre embargos de declaração apresentados pela Fazenda Nacional (fev/16).

b) Exclusão do ICMS da base de calculo do PIS e da COFINS

A Companhia impetrou mandato de segurança objetivando alterar a base de calculo do PIS e da COFINS mediante expurgo do ICMS. A Justiça Federal de Santa Catarina pronunciou-se em sentença de mérito favoravelmente a exclusão do ICMS da base de calculo em relevo, e o montante até 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 11.475.

Os saldos das provisões para contingencias tributárias são atualizados pela variação da taxa SELIC do período.

c) PIS e COFINS sobre receitas financeiras

Em setembro de 2015, a Companhia impetrou mandato de segurança objetivando suspender o valor de Pis/Cofins sobre receitas financeiras. Mensalmente os valores apurados e pagos através de depósito judicial. O saldo da provisão em 31 de dezembro de 2015 é R\$ 382.

28 Ações possíveis de perda

Entende-se que além das provisões reconhecidas contabilmente em suas demonstrações, classificadas como perdas prováveis, existem outras ações cíveis e trabalhistas, que foram classificadas como perdas possíveis e de acordo com a avaliação dos riscos oriundos dos processos mencionados, a Companhia, com base nos seus assessores jurídicos, estima os montantes dos passivos contingentes a seguir apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Cíveis	2.677	2.109	2.977	2.353
Trabalhistas	8.581	11.840	8.581	11.840
	11.258	13.949	11.558	14.193

a) Processo Administrativo nº 10983.721445/2014-78

Em 08 de dezembro de 2014, a Companhia foi cientificada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos-calendários de 2009 a 2013. Segundo defendem as Autoridades Fiscais, a empresa teria supostamente cometido as seguintes infrações: (a) no ano de 2009, teria supostamente: (a.1) excluído indevidamente receita tributável proveniente de benefícios fiscais; (a.2) deduzido despesas não necessárias, relacionadas a principais de débitos tributários (IPI, PIS e COFINS) que transitaram pelos resultados de exercícios anteriores; (a.3) excluído valores indedutíveis, relacionados a principal de IRPJ e de CSLL; (a.4) excluído indevidamente valores referentes a principais contidos em adições temporárias e que haviam transitado pelos resultados de exercícios anteriores; e (a.5) deduzido despesas não dedutíveis, relacionadas a multa de ofício; (b) nos anos de 2010, 2011 e 2012, teria, supostamente: (b.1) compensado prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados; e (b.2) deixado de recolher importâncias de IRPJ e CSLL apuradas por estimativa

mensal, o que resultou em multa aplicada isoladamente; e (c) no ano de 2013, teria, supostamente, compensado bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados. Em 06 de janeiro de 2015, a Companhia apresentou Impugnação contra os lançamentos em comento, rechaçando todas as infrações que lhe foram imputadas, de modo que, desde essa data (06 de janeiro de 2015), encontra-se aguardando o julgamento da referida Impugnação, que segundo assessores jurídicos da PBG S.A tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, resultando no cancelamento do Auto de Infração, isto posto, a Companhia entende que a chance de perda é remota, e optou por não registrar o montante de R\$ 73 milhões como passivos potenciais.

29 Benefícios a empregados

29.1 Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas desde 1997 patrocinam plano de benefícios intitulado Portobello Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil e conta com 35 participantes. O plano tem a característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade.

A avaliação atuarial, atualizada até 31 de dezembro de 2015 para controladora e consolidado, apresenta um superávit R\$ 9.676 (superávit de R\$ 5.075 em 31 de dezembro de 2014), o qual está registrado no ativo não circulante, sob a rubrica de "Ativo atuarial". Já sob a rubrica de "ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, a Companhia registrou ganho atuarial de R\$ 2.789 (perda atuarial de R\$ 6.656 em 31 de dezembro de 2014) como outros resultados abrangentes. Os valores reconhecidos no balanço patrimonial estão apresentados na tabela abaixo.

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014		31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Valor justo dos ativos do plano	50.355	62.620	Ganho (perda) nas obrigações atuariais	23.225	(6.623)
Valor presente das obrigações financiadas	(40.679)	(57.545)	Ganho (perda) nos ativos do plano	(20.436)	(33)
Ativo (passivo) atuarial líquido	9.676	5.075	Ganho (perda) atuarial	2.789	(6.656)

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios e da obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
Valor justo dos ativos do plano			Obrigação de benefício definido		
Em 31 de dezembro de 2014	62.620	56.716	Em 31 de dezembro de 2014	57.545	47.169
Benefícios pagos no ano	(1.689)	(2.940)	Custo do serviço corrente bruto (com juros)	1.087	1.440
Contribuições participante vertidas no ano	1.078	991	Juros sobre obrigação atuarial	6.961	5.253
Contribuições patrocinadora vertidas no ano	1.206	1.570	Benefícios pagos no ano	(1.689)	(2.940)
Rendimentos esperados dos ativos no ano	7.576	6.316	Obrigações - (ganho) ou perda	(23.225)	6.623
Ativos - ganho ou (perda)	(20.436)	(33)			
Em 31 de dezembro de 2015	50.355	62.620	Em 31 de dezembro de 2015	40.679	57.545

Os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, sob a rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais", referente resultado da gestão dos ativos são:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Custo do serviço corrente (com juros)	(1.087)	(1.440)
Juros sobre as obrigações atuariais	(6.961)	(5.253)
Rendimentos esperados dos ativos do plano	7.576	6.316
Contribuições de participantes no ano	1.078	991
Ganho (perda) atuarial	606	614

A Companhia também reconheceu em 31 de dezembro de 2015 uma receita de R\$ 1.206 (R\$ 1.570 em 31 de dezembro de 2014), referente os pagamentos efetuados pela patrocinadora no exercício, com efeito de ativo para fins do plano de benefícios aos empregados (vide nota explicativa 34).

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Econômicas e financeiras		
Taxa anual de juros	12,10% a.a. nominal (inflação+ 7,27%a.a. real)	11,14% a.a. nominal (inflação+ 6,35%a.a. real)
Rendimentos de longo prazo dos ativos	12,10% a.a. nominal (inflação+ 7,27%a.a. real)	11,14%
Inflação de longo prazo		4,50%
Projeção de crescimento salarial	5,15% a.a. (inflação+0,62% a.a. real)	4,50% a.a. (inflação+1% a.a. real)
Projeção de crescimento dos benefícios do plano	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (salários)	0,98	0,98
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo (benefícios)	0,98	0,98
Biométrica e demográficas		
Hipótese sobre rotatividade	21%	Nula
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	EXP. IAPC	EXP. IAPC
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade
Composição familiar antes da aposentadoria	Não se aplica	Não se aplica
Composição familiar após a aposentadoria	Família real	Família real

29.2 Despesas de benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Remuneração	122.032	106.240	143.096	114.619
Benefícios				
Plano de previdência	1.218	1.099	1.199	1.166
FGTS	10.904	8.785	13.031	9.660
Outros	16.105	12.917	17.939	13.465
Total	150.259	129.041	175.265	138.910

30 Incentivo de longo prazo

Diante da perspectiva de criação de valor para negócio foi instituído e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de maio de 2012, o incentivo de longo prazo (ILP). Este consiste em um programa de meritocracia que visa atrair, reter e reconhecer o desempenho dos profissionais atuantes na Companhia, alinhar os interesses dos executivos aos acionistas da Companhia e estimular permanência nos cargos.

São elegíveis ao ILP diretores e gerentes com classificações de desempenho acima da média, conforme política interna de avaliação de performance, e que mediante a assinatura de um contrato de adesão tornam-se participantes do programa.

No contrato de adesão é definido o número de títulos que cada participante receberá. Os títulos são chamados figurativamente de “ações referência” e não são negociados em mercado de balcão. A “valorização” dos títulos anualmente é calculada pelo desempenho do ebitda¹ e da relação entre ebitda e dívida líquida².

O pagamento será feito em três parcelas anuais (2015, 2016, 2017 para o plano de 2012) com diferimento de dois anos no início do período (2013 e 2014). A liquidação será completa após cinco anos do reconhecimento inicial (2017) e a Companhia fará o pagamento, através de valores monetários em valor proporcional aos valores apurados pelas métricas do plano.

O primeiro grupo de participantes aderiu no exercício de 2012, destes, três participantes já solicitaram o pagamento da parcela de 2015, os demais postergaram o recebimento para 2016.

O valor presente da obrigação em 31 de dezembro de 2015 é R\$ 8.709 na controladora e R\$ 9.336 no consolidado (R\$ 9.565 na controladora e R\$ 10.249 no consolidado em 31 de dezembro de 2014).

¹lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização

² empréstimos e financiamentos somados aos parcelamentos de obrigações tributárias descontados de caixa e equivalentes de caixa, bem como títulos e valores mobiliários.

31 Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresenta um capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 99.565 (R\$ 76.565 em 31 de dezembro de 2014), representado por 158.488.517 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais, segundo os direitos e privilégios próprios estabelecidos, por lei e nos estatutos para a sua espécie.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando um capital social representado por até 1.158.488.517 ações, sendo vedada a emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Em 31 de dezembro de 2015 havia 72.769.371 ações em circulação, o equivalente a 45,91% do total de ações emitidas (72.819.371 em 31 de dezembro de 2014, equivalente a 45,95% do total). Compreende o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por controladores, membros do Conselho de Administração e Diretoria.

A Companhia protocolou em 28 de maio de 2015 pedido de dispensa à CVM para (i) manutenção em tesouraria de ações em quantidade superior a 10% das ações em circulação e (ii) recompra de ações de sua emissão em preço superior ao valor de mercado com o intuito de realizar uma oferta pública de aquisição de ações voluntária ("OPA de Recompra"). Em outubro de 2015, antes do pronunciamento da CVM, a Companhia informou ao mercado, que não mais realizará a oferta pública mencionada por razão de condições de mercado adversas.

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente através da destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital social. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da reserva legal soma o montante de R\$ 15.113 (R\$ 12.481 em 31 de dezembro de 2014) conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

c) Reserva de retenção de lucros

O montante de R\$ 86.070 refere-se ao projeto de crescimento dos negócios, estabelecido no plano de investimentos da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária em 30 de abril de 2015, conforme orçamento de capital, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

d) Lucros a disposição da AGO

O montante da "Reserva de lucros a destinar" em 31 de dezembro 2015 é de R\$ 38.010 (42.869 em 31 de dezembro de 2014) refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados do exercício de 2015, após a destinação de 5% para reserva legal e dos 25% de dividendos mínimos obrigatórios.

Os Administradores da Companhia irão propor em Assembleia Geral a destinação das reservas em observância aos artigos 199 da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações).

Com a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2015 nos termos da lei e do Estatuto Social da Companhia, o saldo das reservas de lucros excedeu o valor do capital social, motivo pelo qual, com base no artigo 199 da Lei nº 6.404/76 é proposta a aplicação do excesso no aumento de capital, a ser deliberado pelos acionistas em assembleia geral.

e) Dividendos

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Lucro líquido do exercício	52.652	93.464
Constituição da reserva legal (5%)	(2.633)	(4.673)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	50.019	88.791
Dividendos / juros sobre o capital próprio propostos		
Juros sobre o capital próprio, líquidos de IRRF	5.236	5.710
Dividendos mínimos obrigatórios	7.269	16.488
Dividendos adicionais propostos	-	22.198
Total dos dividendos anuais	12.505	44.396

A remuneração total a ser distribuída aos acionistas referente ao exercício de 2015, será de R\$ 12.505, que representa 25% do lucro da Companhia.

f) Ajuste de avaliação patrimonial – Custo atribuído

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Foi constituído em decorrência das reavaliações de terrenos, construções e benfeitorias, suportadas por laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente, a qual determinou os valores dos bens reavaliados, bem como estabeleceu o novo prazo de vida útil remanescente, que se constituiu em nova base de depreciação ao valor contábil líquido dos referidos bens.

Está sendo realizado conforme a depreciação das construções e benfeitorias reavaliadas registradas contra lucros acumulados. O mesmo efeito da realização do ajuste de avaliação patrimonial está refletido no resultado do exercício, pela depreciação dos ativos reavaliados.

O saldo do ajuste de avaliação patrimonial de ativos próprios, líquido dos efeitos tributários diferidos, monta em R\$ 38.258 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 39.457 em 31 de dezembro de 2014), a despesa de depreciação da reavaliação, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 618 (R\$ 2.930 em 31 de dezembro de 2014), e o saldo do IR e CSLL diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial registrado no passivo não circulante é de R\$ 19.708 (R\$ 20.326 em 31 de dezembro de 2014), vide nota explicativa nº 16(b).

Adicionalmente o saldo de ajuste de avaliação patrimonial no montante de R\$ 6.910 redutor da rubrica é composto, além do custo atribuído de R\$ 35.258 mencionado acima, pelos saldos dos ajustes acumulados de conversão no montante de R\$ 41.710 e outros resultados abrangentes R\$ 3.460 ambos redutores, conforme demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

32 Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida, apresentada na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, é como segue.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Receita bruta de vendas	1.189.588	1.128.455	1.345.015	1.200.814
Deduções da receita bruta	(257.715)	(243.437)	(284.620)	(251.667)
Impostos sobre vendas	(226.614)	(213.052)	(247.973)	(221.055)
Devoluções	(31.101)	(30.385)	(36.647)	(30.612)
Receita líquida de vendas	931.873	885.018	1.060.395	949.147
Mercado interno	798.414	790.116	912.806	845.782
Mercado externo	133.459	94.902	147.589	103.365

33 Despesas por natureza

Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Custo e despesas				
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(612.785)	(593.939)	(664.193)	(591.929)
Com Vendas	(166.825)	(134.887)	(214.205)	(163.542)
Gerais e Administrativas	(31.122)	(24.796)	(34.568)	(30.461)
	(810.732)	(753.622)	(912.966)	(785.932)
Abertura das despesas por natureza				
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração (a)	347	(39.230)	(18.883)	(39.230)
Custos diretos de produção (matérias-primas e insumos)	310.433	308.983	343.273	305.118
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	41.454	38.680	45.710	38.680
Custo das mercadorias revendidas	132.718	171.046	148.674	172.848
Despesa com transporte das mercadorias vendidas	6.380	4.513	7.086	4.513
Salários, encargos e benefícios a empregados	168.461	145.652	197.673	157.432
Mão de obra e serviços de terceiros	33.705	30.105	40.708	37.717
Amortização e depreciação	26.255	24.592	27.303	24.895
Despesas com aluguéis e leasings operacionais	8.643	10.089	17.266	11.197
Comissões sobre vendas	26.277	21.115	27.733	21.467
Despesas com marketing e publicidade	13.200	8.887	23.300	16.912
Outras despesas comerciais	38.163	26.675	47.893	31.606
Outras despesas administrativas	4.696	2.515	5.230	2.777
Total	810.732	753.622	912.966	785.932

(a) A variação nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração é a diferença entre o custo do produto produzido e o custo do produto vendido, podendo ficar com saldo negativo pelas baixas de CPV referente produtos que foram produzidos em períodos anteriores que contemplavam a conta de estoque.

34 Outras receitas e despesas operacionais líquidas

As outras receitas e despesas operacionais individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Outras receitas operacionais				
Receita de serviços	594	1.901	591	670
Créditos tributários	-	3.499	-	3.499
Plano de Previdência - quitação TSP	-	2.261	-	2.261
Atualização atuarial (nota 29.1)	1.811	2.184	1.811	2.184
Ativo tributário credito premio IPI (nota 17)	4.983	-	4.983	-
Outras receitas	652	776	660	790
Total	8.040	10.621	8.045	9.404
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências (nota 27)	(321)	(3.775)	(582)	(3.794)
Provisão para incentivo de longo prazo (nota 30)	(394)	(3.697)	(341)	(4.011)
Provisão para participação no resultado (a)	(7.619)	(8.457)	(8.932)	(9.054)
Despesas pré operacionais Fábrica Alagoas	(2.742)	(3.533)	(7.529)	(3.650)
Transferência das operações de controladas (b)	(2.676)	-	-	-
Custo de ociosidade (c)	(2.898)	-	(2.196)	-
Outras despesas	(901)	(1.134)	(1.489)	(1.376)
Total	(17.551)	(20.596)	(21.069)	(21.885)
Total líquido	(9.511)	(9.975)	(13.024)	(12.481)

(a) Reconhecimento de provisão de participação dos funcionários a ser pago após o final do exercício.

(b) Reconhecimento de provisões pela transferência das operações de controladas

(c) Despesas com adequação dos equipamentos de produção com intuito de ajustar a produção a demanda do mercado Nordeste.

35 Resultado financeiro

O resultado financeiro individual e consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Receitas financeiras				
Juros	8.201	4.199	8.863	4.986
Atualização de ativos	11.416	13.047	11.416	13.047
Resultado de operação de Swap (a)	29.019	1.285	29.019	1.285
Desconto Parcelamento Lei 11.941	-	5.998	-	5.998
Outros	796	699	946	766
Total	49.432	25.228	50.244	26.082
Despesas financeiras				
Juros	(39.183)	(25.565)	(39.342)	(25.974)
Encargos financeiros com tributos	(6.845)	(8.134)	(6.904)	(8.204)
Decomposição de desconto de provisões para contingências	(4.743)	(3.221)	(4.859)	(3.232)
Comissões e taxas de serviços	(2.785)	(6.404)	(3.498)	(6.541)
Deságios/despesas bancárias	(2.649)	(2.556)	(2.651)	(2.556)
Resultado de operação de Swap (a)	(13.529)	-	(13.529)	-
Outros	(5.803)	(3.975)	(5.943)	(4.280)
Total	(75.537)	(49.855)	(76.726)	(50.787)
Variação cambial líquida				
Clientes e fornecedores	20.373	6.933	20.429	6.933
Empréstimos e financiamentos	(52.025)	(3.434)	(51.971)	(3.434)
Total	(31.652)	3.499	(31.542)	3.499
Total líquido	(57.757)	(21.128)	(58.024)	(21.206)

(a) Provisão do resultado das operação de Swap, conforme detalhadas na nota explicativa 7.

36 Lucro por ação

a) Básico

De acordo com o CPC 41 (Resultado por Ação), o lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	52.652	93.464	52.652	93.464
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	158.489	158.489	158.489	158.489
Lucro básico por ação	0,3322	0,5897	0,3322	0,5897

O lucro consolidado atribuível aos acionistas não considera a participação dos não controladores.

b) Diluído

O lucro diluído por ação é igual ao básico, uma vez que as ações ordinárias da Companhia não possuem fatores diluidores.

37 Dividendos

A Assembleia Geral Ordinária aprovou em 30 de abril de 2015, o pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$ 22.198. Assim o total distribuído em 2014 foi R\$ 44.396 corresponde a 50% do lucro líquido ajustado referente o exercício de 2014, sendo R\$ 38.686 mil o saldo de pagamento aos acionistas ocorrido em 15 de junho de 2015.

O Conselho de Administração da Companhia deliberou e aprovou em 05 de agosto de 2015 para pagamento antecipado no exercício de 2015 o montante de R\$ 5.940 a título de juros sobre capital próprio, correspondente ao valor de R\$ 0,037484 por ação ordinária pagos em 21 de setembro de 2015.

Conforme descrito na nota explicativa 31e. o montante que resta a pagar aos acionistas a título de distribuição de lucros é de R\$ 7.269, cuja data de pagamento será deliberada na Assembleia Geral ordinária. O total distribuído em 2015 corresponde a 25% do lucro líquido ajustado referente o exercício de 2015, no montante de R\$ 12.505.

38 Informações por segmento de negócio

A administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria-Executiva.

A Diretoria-Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

A Diretoria-Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional (Resultado antes das despesas financeiras líquidas e nos tributos sobre o lucro – EBIT) e não leva em consideração os ativos para a análise de desempenho dos segmentos, dado que os ativos da companhia não são segregados.

As informações por segmento de negócio, revisadas pela Diretoria-Executiva são as seguintes:

	Em 31 de dezembro de 2015			Em 31 de dezembro de 2014		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	912.806	147.589	1.060.395	845.782	103.365	949.147
Custo dos produtos vendidos	(574.618)	(89.575)	(664.193)	(530.072)	(61.857)	(591.929)
Lucro operacional bruto	338.188	58.014	396.202	315.710	41.508	357.218
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(226.490)	(35.307)	(261.797)	(184.906)	(21.578)	(206.484)
Vendas, gerais e administrativas	(215.223)	(33.550)	(248.773)	(173.730)	(20.273)	(194.003)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(11.268)	(1.756)	(13.024)	(11.177)	(1.304)	(12.481)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	111.698	22.707	134.405	130.803	19.931	150.734
% sobre a ROL	12%	15%	13%	15%	19%	16%

A Companhia não possui clientes que representam individualmente mais de 10% da receita líquida de venda.

39 Compromissos

a) Compromissos para aquisição de ativos

Os gastos contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos referente ao Imobilizado em 31 de dezembro de 2015, somam o montante de R\$ 6.049.

b) Compromissos com arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais referem-se a aquisição de veículos. Os pagamentos mínimos futuros não canceláveis, em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são de R\$ 699 e R\$ 1.168 respectivamente para menos de um ano. Para mais de um ano e menos de cinco anos são de R\$ 904 e R\$ 367 respectivamente.

40 Cobertura de seguros

A cobertura de seguros atual é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros. Em 31 de dezembro de 2015 a cobertura para incêndio, raio e explosão de qualquer natureza era de R\$ 84.000, para vendaval, fumaça com impacto de veículos no valor de R\$ 25.000, lucros cessantes no valor de R\$ 51.115 e danos elétricos, tumultos e responsabilidade civil no montante de R\$ 5.600. A vigência da apólice corresponde ao período de 14 de abril de 2015 até 13 de abril de 2016.

A Companhia também possui Seguro de Responsabilidade Civil para Administradores (D&O), contratado com a ACE Seguros Soluções Corporativas S/A, para a cobertura de perdas e danos a terceiros por atos vinculados ao exercício das funções e atribuições dos Administradores, até o montante de R\$ 10 milhões, com vigência de 27 de agosto de 2015 até 27 de agosto de 2016.

Adicionalmente a Companhia contratou uma apólice com a Fairfax Brasil, referente a prestação de garantia na reclamação trabalhista nº 0234100-60.1998.5.05.0015 no valor de R\$ 33.548, vigente de 24 de junho de 2014 até 24 de junho de 2017.

41 Empresas ligadas e partes relacionadas

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre a Controladora e as controladas, foram realizadas conforme abaixo.

Natureza	Transações com controladas e empresas ligadas	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Ativo			
Dividendos a receber	Portobello Shop S.A.	14.850	9.472
Contas a receber	Portobello América, Inc.	79.947	54.383
Contas a receber	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	4.268	5.947
Mútuo	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	-	1.092
Valores a receber	Portobello Shop S.A.	48	3
Créditos com Controladas - Não Circulante		84.263	61.425
Créditos com outras pessoas ligadas	Refinadora Catarinense S.A.	84.601	88.893
Passivo			
Dividendos antecipados	Portobello Shop S.A.	5.763	6.461
Outras transações			
Adiantamento a fornecedores	Mineração Portobello Ltda.	752	1.451
Contas a receber - líquido de adiantamento	Solução Cerâmica Com. Ltda.	10	44
Contas a receber - líquido de adiantamento	Flooring Revest. Cer. Ltda.	523	293
		1.285	1.788

Natureza	Transações com controladas e empresas ligadas	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Receitas			
Prestação de serviços	Portobello Shop S.A.	-	5.988
Venda de produtos	Solução Cerâmica Com. Ltda.	19.663	19.914
Venda de produtos	Flooring Revest. Cer. Ltda.	9.971	8.854
Venda de produtos	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	20.198	5.099
Despesas			
Custo dos serviços prestados	Portobello Shop S.A.	-	(4.770)
Compra de produtos	Mineração Portobello Ltda.	(5.712)	(3.866)
Aluguel	Gomes Participações Societárias Ltda.	(461)	(423)
		43.659	30.796

A controlada Portobello Shop é avalista da Companhia em alguns financiamentos (vide nota explicativa 23).

Transações entre as partes relacionadas

A Portobello Shop apresenta contas a receber e receita de serviços referente a royalties de quatro franqueadas que são partes relacionadas. Compõem a rede de franquias uma controlada da Companhia e duas empresas ligadas. Seguem transações:

Transações com controladas e empresas ligadas	Natureza	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	Natureza	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
	Ativo			Receitas		
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Contas a receber	361	353	Royalties	4.408	4.669
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Contas a receber	168	149	Royalties	2.140	2.334
		529	502		6.548	7.003

Remuneração do pessoal chave da administração

As despesas de remuneração pagas ao pessoal chave da administração, que compreendem os membros da diretoria, conselho de administração, conselho fiscal e gerência, registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Remuneração fixa				
Salários	10.796	10.158	12.806	12.090
Honorários	4.666	4.245	4.666	4.245
Remuneração variável	6.634	6.683	7.660	7.461
Benefícios diretos e indiretos de curto prazo				
Plano de previdência	1.103	1.136	1.122	1.189
Outros	1.744	1.356	1.997	1.612
Benefícios por desligamento	137	256	469	453
	25.081	23.834	28.720	27.050

42 Informações complementares ao fluxo de caixa

As principais transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram as seguintes:

	Controladora	Consolidado
Aumento de capital	23.000	23.000
Adiantamento para futuro aumento de capital (a)		
Transferencia de estoques	(28.333)	-
Impostos a recuperar	(4.150)	-
Folha de pagamento	1.080	-
Fornecedores de imobilizado	(21.466)	(21.466)

(a) Adiantamento para futuro aumento de capital realizado em parte através transferências via estoques, impostos e folha de pagamento entre as empresas PBG S.A e Companhia Brasileira de Cerâmica S.A.